

O Poder da Reforma na Vida Política

J. D. Dengerink

A Reforma Protestante dos séculos XVI e XVII foi um movimento cuja influência com certeza não se limitou à vida pessoal dos cristãos. Ela deixou traços profundos na vida pública, incluindo a vida do estado. Isso é em especial verdadeiro sobre aquele ramo da Reforma que recebeu seus impulsos da cidade de Genebra. A história é uma testemunha fiel desse fato.

Tão-somente precisamos apontar para a atividade de Calvino nessa cidade. Ainda que nunca tenha assumido uma função pública ali, sua influência como reformador foi fortemente sentida também na situação política. E essa influência não se limitou à Genebra, pois ele mantinha relações intensas com outros protestantes, e.g., os huguenotes na França, a quem constantemente aconselhava no tocante às suas atividades políticas. O fato de que ele dedicou sua mais importante obra, as Institutas da Religião Cristã, a Francisco I, Rei da França daria livros a respeito.

Na verdade, nessa mesma obra Calvino dá grande ênfase à importância das autoridades civis. Ele escreveu que “ninguém pode duvidar que a autoridade civil é, aos olhos de Deus, não apenas sagrada e legítima, mas a mais sagrada, e de longe o posto mais digno de honra dentre todos na vida mortal” (Inst. IV, XX, 4). Durante toda sua vida Calvino combateu os anabatistas, aqueles “fanáticos”, que tinham prazer na paixão desenfreada e achavam que os cidadãos do Reino de Deus, o qual veio com Jesus Cristo, nada tinha a ver com a autoridade civil, e que as leis e cortes eram supérfluas (Inst. IV, XX, 2).

Os descendentes espirituais do grande reformador seguiram em suas pegadas. Eles não evitavam a arena política, como o prova a história da Suíça, França, Holanda, Escócia, Inglaterra e América do Norte. O historiador holandês, A. A. Schelven, denominou tal período de a florescência do calvinismo. Em geral se pode dizer que o calvinismo, muito mais do que o luteranismo, sempre esteve estreitamente ligado com a vida do estado.

Portanto, não é surpresa que o calvinismo, todas as vezes em que floresceu, produziu não somente grandes teólogos, mas igualmente grandes juristas. À guisa de exemplo podemos indicar o bem conhecido jurista alemão, Johannes Althusius, que em 1586 se tornou professor de direito na Universidade de Herborn em Nassau, e que foi designado síndico da cidade de Emden em 1604 – um posto que ocupou até sua morte.

Influência Declinante

A decadência espiritual do protestantismo evangélico no curso do século XVII também significou uma perda de relevância política.

Em algumas áreas do protestantismo tal perda foi recuperada no século XIX. Uns poucos pensadores políticos cristãos significantes podem ser mencionados: Friedrich Julius Stahl, um judeu convertido que mais tarde se tornou o grande filósofo de direito e estadista luterano; o bem conhecido anglicano, Edmund Burke, autor de *Reflections on the Revolution in France*; e o calvinista holandês, Guillaume Groen van Prinsterer, cujo *Apostasy and Revolution* é ainda altamente importante. O último foi um filho do Reavivamento – um retorno ao cristianismo bíblico na Escócia, Suíça, França e Holanda.

Ambos Stahl e Groen van Prinsterer foram fortemente influenciados pelo idealismo

romântico, de sorte que suas atividades políticas tinham uma tendência bem conservadora. Tendiam a idealizar a situação historicamente desenvolvida. Uma mudança para melhor ocorreu em uma geração posterior, sobretudo na Holanda, onde a relevância política e social do protestantismo assumiu um caráter distintamente progressivo e reformador sob a direção de homens como Abraham Kuyper, Talma e muitos outros. Kuyper tornou-se o fundador de um partido político cristão e foi designado Primeiro Ministro na primeira década de nosso século.

Entre as duas guerras mundiais a Alemanha também testemunhou um movimento sócio-político cristão com forte apoio protestante. Entretanto, isso não foi revivido depois de 1945, pelo menos não na forma de organizações livres cuja iniciativa estivesse fundada na fé do crente.

Fora da Holanda, onde o protestantismo evangélico sempre teve uma influência bem forte na vida política, há (até onde eu sei) somente pequenos partidos políticos cristão-protestantes na Noruega, Suíça e Indonésia. Porém, quando se considera o protestantismo evangélico de hoje como um todo, não se trata mais de um movimento que se leve em conta na vida política. Isso é válido mesmo para aqueles países onde ele ainda representa uma grande parte da população, como nos Estados Unidos da América, na Inglaterra e na Escócia.

Até onde podemos precisar, isso é resultado de uma interpretação individualista da mensagem bíblica, de modo que se perdem de vista os elementos centrais dessa mensagem. Pois o Evangelho não está meramente preocupado com a salvação e a regeneração de almas individuais. O Evangelho redime o cosmo em sua totalidade.

A Confissão da Soberania de Deus

Porque, baseado no testemunho bíblico, o crente deve reconhecer a centralidade da completa soberania de Deus sobre toda a vida. O homem é permanentemente definido por sua relação de dependência de Deus, seu Criador (Sl 139, At 17). As Escrituras ensinam que o homem tentou ser igual a Deus, porém, tal tentativa significou sua radical queda no pecado. Pois Deus continua Senhor também sobre o homem rebelde. Até os poderes das trevas são constantemente instrumentos em Sua mão. O próprio Satanás, o príncipe do reino das trevas, não pode escapar de sua condição de criatura (Is 10; 45; 54; Rm 8.31-39).

Isso quer dizer que, depois da queda do homem no Paraíso, Deus não abandonou Sua criação nas mãos de Satanás. Não, ao contrário, Deus não deixou o mundo entregue a si mesmo. Ele caminhou o caminho da reconciliação enviando Seu Filho unigênito ao mundo na forma de homem para que suportasse a ira divina, em Seu imperscrutável sofrimento, a fim de fazer expiação pela infinita culpa do homem. Nisso Cristo se tornou Mediador entre Deus e o homem, entre Deus e o mundo criado e a realidade ordenada. Cristo é simultaneamente redentor e recriador (Rm 8; Ef 1.15-23; Cl 1.15-20).

Assim, segundo a persuasão escriturístico-reformadora, o tema da criação, queda e redenção através de Jesus Cristo na comunhão do Espírito Santo é o tema todo-controlador da história do mundo. Isso imediatamente implica que o senhorio absoluto de Deus sobre o mundo é executado por meio da Pessoa de Seu Filho Jesus Cristo. Desta sorte, toda atividade humana exige um motivo radicalmente cristão. Nenhuma área da vida está afastada do poder de Cristo, o Filho de Deus (Mt 28.18; 1Co 1.10-31). Tal significa que na vida política o cristão não pode se preocupar com coisa alguma que não o reconhecimento da autoridade divina como essa é novamente revelada em Jesus Cristo. O cristão não pode aceitar norma alguma que não aquela que Deus ordenou para a vida do estado. Para o cristão, isso envolve a batalha que a Bíblia vaticina: a luta contra o pecado em sua

própria vida e contra o pecado nos relacionamentos vitais em que aquele é colocado (Gn 3; Ef 6 etc.)

O Homem como Colaborador de Deus

Porque o homem não é mera vítima da corrente de água da história. Antes, a ele foi dado uma vontade, bem como o entendimento e o poder para agir. Com as Sagradas Escrituras nós até mesmo podemos dizer que o homem é colaborador de Deus. O Senhor do universo concedeu a ele que tomasse parte em Sua autoridade. Deus abençoou o homem no Paraíso, dizendo-lhe, “Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Gn 1.28). Aqui Deus transfere ao homem uma autoridade definida sobre o mundo a qual, como prova a experiência, veio a se expressar somente de uma maneira limitada como um dos resultados do pecado.

Repetidas vezes Abraham Kuyper apontava para o fato de que também na sociedade humana nunca se pode encontrar diretamente a autoridade do Próprio Deus, mas que tal autoridade aparece no ofício de pessoas humanas que não obtêm essa autoridade de si próprios, mas a exercem somente como representantes. Essa autoridade pode ser achada em muitas áreas e em muitas formas, de um modo tal que sempre possui seu próprio caráter particular.

Porque toda autoridade humana é derivada de Deus e possui a natureza de “ofício”, nomeação, incumbência, tem ela um caráter implicitamente limitado. É sempre restringida, sujeita a ordenanças divinas específicas arraigadas na vontade criadora de Deus. Como tal têm elas a qualidade de continuidade e constância. Isso não quer dizer que tais ordenanças sejam estáticas. Antes, são elas instrumentos dinâmicos na mão de Deus mediante os quais Ele rege, guia e impulsiona Sua criação, inclusive as relações sociais todas. Elas são universais, i. e., são válidas para todos os homens, inclusive para aqueles que rejeitam a Deus e a lei dele. Essas ordenanças divinas determinam a estrutura da realidade social dentro da qual o homem vive, e dessa maneira elas condicionam o próprio homem em todos os seus esforços, propósitos e ideais.

O Estado e o Pecado

Isso significa que a vida do estado, em todo seu desenvolvimento e expansão dinâmicos, em cada variedade de forma, ainda está preso a uma estrutura ou ordem constante, a qual se baseia na ordem da criação. Essa estrutura se situa com um autoridade íntima pela simples razão de que não se pode evitar a Deus, nem a Sua lei tal como Ele a expressou em Sua criação-ordem e como Ele a mantém em face do homem rebelde. Por esse motivo um estado revolucionário ou totalitário, simplesmente a fim de se conservar como estado, terá de absorver dentro de si mesmo certos elementos de tal estrutura. De outro modo ele se degenerará em um bando organizado de ladrões que irrevogavelmente dissolverá a si próprio. Visto que toda autoridade humana está limitada, o estado não é um poder superabrange, mas apenas uma das muitas esferas vitais que toma seu lugar no complexo da sociedade humana. Como resultado disso a autoridade do governo tal como transparece no estado possui seu próprio caráter peculiar. Nesse sentido ela não se difere de outras formas de autoridade: do pai na família, do empreendedor na empresa, do professor na escola, do oficial na igreja.

Calvino supunha uma relação estreita entre o governo e o pecado. Afirmava que os governos atuam como servos da equidade. Nisso eles se mostram representantes de Deus. E para esta finalidade se lhes dá o poder da espada. Posto que os governos estão revestidos de autoridade

divina, os povos são chamados a prestar deferência e sujeição. E tal respeito se deve “não somente à autoridade daqueles príncipes que honesta e fielmente desempenham seu dever para conosco, mas a todos os príncipes ... conquanto nada façam que não desempenhar o dever dos príncipes” (Inst. IV, XX, 20).

Um ensino similar é encontrado na *Confessio Belgica* [Confissão Belga — trad.], onde lemos “que nosso bom Deus, por causa da perversidade do gênero humano, constituiu reis, governos e autoridades” (Artigo XXXVI). Tanto Calvino quanto a *Confessio Belgica* apresentam aqui a visão das Escrituras (cf. 1Sm 24.7; 26.9; Rm 13; Ef 6.1; 1Pe 2.13-18).

O Governo e o Povo

Tudo isso sugere que o governo possui autoridade que não é proveniente do povo (a doutrina a soberania do povo). Nem se deriva tal autoridade do próprio governo, de sorte que ele a possa exercer em harmonia com sua própria vontade (a doutrina da soberania do estado). A concepção bíblica é que o governo recebeu de Deus sua autoridade e poder e que deve usá-los em conformidade com Sua lei.

Em primeiro lugar, não existe um “povo” ao qual seja acrescentado um governo de alguma maneira exterior. Tampouco há primeiramente um estado que, por assim dizer, absorva seus súditos dentro de si mesmo (*Fuehrer-Prinzip*). Ambos governo e povo, cada um por si, ocupa um lugar inalienável em um estado moderno e diferenciado. Juntos, os dois são responsáveis pelo desenvolvimento da vida do estado.

Somente assim se pode apreciar convenientemente a democracia. Pois esta é, acima de tudo, aquela forma de organização do estado dentro do qual os cidadãos (“o povo”) têm a oportunidade de determinar e influenciar as políticas do governo em liberdade, conforme suas próprias convicções.

Assim, as chamadas “liberdades democráticas” dizem respeito àqueles direitos que os cidadãos podem exercer na arena política, na vida do estado. Aquelas não são “absolutas”, e não possuem validade alguma se em oposição ao estado. O alcance delas é totalmente definido pela forma que o estado assume em um período específico da história. Partindo dessa perspectiva, é impossível situar democracia em um sentido formal como sendo uma condição geral para todo tipo de estado. Pois uma democracia que funcione bem pressupõe uma dada maturidade política, um dado sentimento de responsabilidade em prol dos cidadãos antes que esses possam formular julgamentos responsáveis acerca dos mais fundamentais princípios que achem que devam guiar o governo em suas decisões. Justo aqui descobrimos a primeira tarefa dos partidos políticos: a criação de uma opinião pública responsável no tocante à vida do estado.

Dessa maneira, a democracia representa liberdade espiritual na política. E sobretudo o cristão evangélico deve defender tal liberdade, não com base em alguma sorte de ideia humanista de tolerância que iguale e nivele todas as convicções religiosas, mas com base na convicção de que o governo (também com respeito à vida espiritual de seus súditos) está em princípio limitado em poder — por ordenanças divinas que ele não pode ignorar impunemente.

A Responsabilidade e a Tarefa do Cristão

Por conseguinte, o cristão não pode jamais se abster de sua responsabilidade na vida política. O apóstolo Paulo admoestava a igreja a fazer “deprecações, orações, intercessões, e ações

de graças, por todos os homens; pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade” (1Tm 2.1,2). Contudo, ao mesmo tempo que para o fiel não pode haver obra alguma sem oração, também não pode haver oração alguma sem obra. Como súditos estamos obrigados por palavra e obras a apoiar e ajudar o governo no cumprimento de sua altamente importante incumbência.

Para cumpri-la, antes de qualquer coisa faz-se necessário que a indiferença dos cristãos evangélicos com relação à vida política dê lugar a um senso de ativo envolvimento. Pois só então podemos verdadeiramente passar a ser uma bênção também na vida pública para nossos concidadãos. É importante observar aqui que Paulo, logo após mencionar as palavras supracitadas, adiciona: “Isto é bom e agradável diante de Deus nosso Salvador, que quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade” (1Tm 2.3,4).

Nossa preocupação deve ser tornar a mensagem do cristianismo, a mensagem da Bíblia, relevante à vida pública. A influência fermentadora do crente tem que ser aqui sentida tanto quanto na igreja e no campo missionário. Essa influência acha sua única possibilidade no Pacto que Deus fez com este mundo, com Seu Povo, e encontra sua única fundação na conversão do homem a Deus.

Deve ser enfatizado aqui que, no desenvolvimento do pensamento e ação políticos cristãos não estamos meramente interessados em alguns assuntos especiais, mas na reforma íntima da própria vida política. Isso tornará um repensar fundamental sobre a estrutura típica, a natureza peculiar e a tarefa específica do estado — à luz da Bíblia — uma necessidade urgente entre os cristãos evangélicos. Nossa preocupação deve se centralizar em torno de princípios básicos que devem guiar o governo e o povo em sua atividade mútua.

Entretanto, não basta a reflexão. Nosso objetivo último deve ser a reforma da própria vida política. Os princípios aqui mencionados devem ser levados a cabo com poder e convicção nas nações onde vivemos e em oposição aos governos debaixo dos quais estamos colocados.

Temos plena ciência do fato de que as possibilidades para isso são maiores em um país do que em outro. Em um estado democrático seremos capazes de usar os direitos de liberdade de expressão e imprensa a fim de expressar nossas opiniões. Há então a possibilidade de formar um partido político no qual os cristãos evangélicos possam vir a juntamente exercer uma influência reformadora combinada no processo político. Em grande medida tal possibilidade dependerá das potencialidades dos cristãos de mentalidade reformada nos respectivos países. Todavia, não devemos, olhando para a tradição e para o presente fato, incontinenti pensar que isso seja possível. A reforma desafia tradições e situações com a Palavra de Deus. Outrossim, a história amiudadas vezes revela que um movimento pequeno, iniciado em fé, pode crescer e virar uma poderosa força. O desfecho aqui bem pode depender do vigor da convicção cristã.

A posição do cristão em um regime totalitário é, naturalmente, bem diferente. Pois ele dificilmente pode se mover para os lados na arena política, posto que é confrontado em toda parte com o superabrangente poder do Estado. Porém, ele não está destituído de perspectiva na vida política. Porque ele sabe — como já notamos antes — que até forças totalitárias estão inteiramente encerradas dentro da onipotência de Deus. E ele pode se tornar uma testemunha dessa soberania divina enquanto Deus lhe concede vida, mesmo diante de governos totalitários, tal como Cristo manteve um testemunho similar quando, abandonado por todos, Ele ficou perante Pôncio Pilatus (João 19.11).

Visto que na confissão dessa soberania jaz nosso conforto, mas igualmente nossa força — em todos os tempos, sob todas as circunstâncias.

LITERATURA

- Emil Brunner Justice and the Social Order (Nova Iorque), 1945.
- Edmund Burke Reflections on the Revolution in France (Londres), 1790.
- João Calvino Institutas da Religião Cristã, Livro IV, Cap. XX.
- J. D. Dengerink Critisch-historisch onderzoek naar de sociologische ontwikkeling van het beginsel der “Souvereiniteit in eigen kring” in de 19e en 20e eeuw, Kampen 1948.
- J. D. Dengerink Das Wort Gottes und die zeitlichen sozialen Ordnungen, Eine Betrachtung zum heutigen reformierten Denken, in Philosophia Reformata, 20e jrg. (1955), pp. 97-122.
- J. D. Dengerink La seigneurie de Jesus Christ sur la societe humaine, Cahier nr 2 van de Societe Calviniste de Belgique, Bruxelles 1958.
- H. Dooyeweerd A new critique of theoretical thought, parte III, Amsterdã — Filadélfia 1957, pp. 157-624.
- Rudolf Grob Aufbau der Gemeinschaft, Grundzuge einer reformierten Sozialethik, Zurique 1940.
- G. Groen van Prinsterer Ongeloof er Revolutie, 2e gewijzigde druk, 1868.
- Abraham Kuyper Calvinism: Stone Lectures (Amsterdã), 1899.
- F. J. Stahl Der Protestantismus als politisches Princip, Berlim 1853.

J. D. Dengerink (1921-) é teólogo e filósofo reformado holandês.

Os textos escriturísticos citados são todos oriundos da versão Almeida Corrigida e Fiel da Bíblia.

Tradução de Vanderson Moura da Silva.